

Universidades e cultura na ditadura militar brasileira

Patto Sá Motta, Rodrigo

Estudios del ISHiR, 20, 2018, pp.92-106. ISSN 2250-4397

Investigaciones Socio Históricas Regionales, Unidad Ejecutora en Red – CONICET

<http://revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR>

Dossier

## Universidades e cultura na ditadura militar brasileira

**Patto Sá Motta, Rodrigo** (Universidad Federal de Minas Gerais, Brasil)

### Resumo

O texto empreende um esforço analítico com o objetivo de compreender a essência das políticas universitária e cultural da ditadura militar brasileira, em que se observa a combinação entre ações repressivo-autoritárias e modernizadoras. Lançando mão da categoria cultura política, a proposta é mostrar que as relações do Estado com a comunidade acadêmica e cultural foram marcadas por negociações e acomodações – paralelamente às ações repressivas – e que tais estratégias estão inscritas nas tradições políticas do país, sobretudo quando estão em cena as elites sociais.

**Palavras chave:** universidades; cultura; ditadura; repressão; modernização

### *Universities and culture under the brazilian military dictatorship*

#### **Abstract**

*The text undertakes an analytical effort in order to understand the essence of the university and cultural policies of the Brazilian military dictatorship, in which we observe the combination of repressive-authoritarian and modernizing actions. Under the category of political culture, the proposal is to show that the State's relations with the academic and cultural community have been marked by negotiations and accommodation - alongside repressive actions - and that such strategies are inscribed in the country's political traditions, especially when the social elites are concerned.*

**Keywords:** universities; culture; dictatorship; repression; modernization

**A**s reflexões que seguem têm como base o livro *As universidades e o regime militar* (MOTTA, 2014), em que estudei as políticas universitárias da ditadura. A proposta analítica do livro foi estruturada em torno do argumento de que as ações da ditadura no campo do ensino superior podem ser resumidas em dois eixos, repressão e modernização. O Estado autoritário prendeu, demitiu e aposentou professores, bem como excluiu do ensino superior estudantes considerados subversivos. Além disso, fez pressões e estabeleceu controles que cercearam o livre debate de ideias nos meios acadêmicos. Ao mesmo tempo, porém, e paradoxalmente, a ditadura investiu na modernização do sistema universitário, que era precário em comparação com os centros hegemônicos e mesmo com alguns países da

América Latina. O impulso modernizador passou pela reestruturação e ampliação do sistema, especialmente com a adoção das seguintes medidas: extinção de cátedras, criação de carreira docente com tempo integral, aumento de verbas para pesquisa, unificação dos exames vestibulares, criação de sistema de pós-graduação, expansão das universidades e construção de cidades universitárias. Apesar de gerarem, com frequência, situações paradoxais, os impulsos repressivos e modernizadores se combinaram e se alavancaram mutuamente, servindo ao projeto de poder e aos planos econômicos da ditadura. Além de estudar as políticas universitárias do Estado, a proposta do livro é analisar como elas foram recebidas nas universidades: os impactos que provocaram e as estratégias adotadas nos meios acadêmicos para lidar com a ditadura. O argumento analítico central é que as relações entre a comunidade acadêmica e ditadura podem ser compreendidas a partir de uma escala com três variações: adesão, resistência ou acomodação. Voltarei ao tema da acomodação ao final do texto.

Foram muitos os pontos de contato entre as políticas educacionais da ditadura e o universo da cultura. Passo a explorar alguns deles. Antes, é preciso considerar que naquela época as áreas de educação e cultura eram geridas, no governo federal, pela mesma autoridade, o Ministério da Educação e Cultura. Assim, as políticas federais para as duas áreas frequentemente eram desenhadas pelas mesmas pessoas, além de serem consideradas complementares. Do ponto de vista administrativo – e político – era útil para o Estado levar em conta os dois campos no momento de traçar planos estratégicos para a formação educacional e cultural da sociedade, especialmente dos jovens. É importante salientar que, nesta análise, cultura está sendo considerada em sentido amplo: não apenas as manifestações artísticas e do pensamento, mas, também, os comportamentos e os valores (morais, religiosos e políticos).

Como sabem os estudiosos, mas, principalmente, os atores políticos, a luta política implica também guerras culturais e os agentes da ditadura estavam empenhados nesse *front* também. Não bastava ganhar o poder e expurgar as esquerdas do sistema político e das organizações sociais. Para consolidar seu domínio, os grupos vitoriosos em 1964 tentaram obter a derrota total dos inimigos à esquerda, vencendo também a batalha pelos valores, especialmente entre a juventude.

Nesse sentido, especialmente nos anos 1960, as instituições de ensino tornaram-se lugares estratégicos para a luta política, atraindo a atenção de grupos atuantes em todos os quadrantes ideológicos. As universidades, notadamente, ocuparam lugar chave, pois influenciavam não apenas a formação dos valores dos jovens, o que já bastaria para colocá-las em posição proeminente, mas, também, impactavam a indústria cultural e as mídias. Por essa razão, nos anos anteriores e posteriores ao golpe, vários atores políticos investiram nas universidades, e não apenas o Estado. Ativistas da esquerda brasileira empreenderam notáveis esforços para influenciar a comunidade

acadêmica, com iniciativas como os Centros Populares de Cultura (CPC), a militância nas entidades do movimento estudantil e o desenvolvimento de projetos editoriais.

As universidades tornaram-se também campo de batalha em meio à lógica da Guerra Fria, com os dois lados em disputa fazendo-se presentes no cenário. Durante o governo Goulart, que chancelou a aproximação política com a URSS (e restabeleceu relações diplomáticas com aquele país), estreitaram-se também os laços culturais e educacionais com os soviéticos. Disso resultou a criação do Instituto Cultural Brasil – União Soviética (ICBUS), cujo papel era fomentar a língua e a cultura daquele país. No mesmo contexto foram feitos acordos para envio de estudantes brasileiros à Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba, que iriam trazer dor de cabeça aos órgãos de informação da ditadura (MOTTA, 2014). Mais próximo do Brasil e contando com maiores recursos que a URSS, naturalmente o governo dos EUA não se deixaria superar nessa disputa e comandou investimentos importantes no setor cultural e universitário. Desde o fim dos anos 1950, mas, notadamente a partir de inícios dos anos 1960 foram lançados projetos para estreitar laços com o Brasil, como convênios (USAID), financiamento de bolsas para estudantes brasileiros nos EUA, publicação de livros e aumento da presença das fundações privadas, como a Fundação Ford, com atuação notável na área das ciências sociais (MICELI, 1993).

Nos anos 1960 as universidades tornaram-se ainda mais estratégicas devido ao protagonismo político de seus estudantes, uma tendência forte já antes do golpe e que se intensificou durante a ditadura. Os universitários eram um grupo em expansão – por razões demográficas e devido ao incremento no número de vagas –, crescentemente politizado e concentrado nas grandes cidades, o que aumentava sua visibilidade. Esse processo havia começado antes da ditadura e, apesar da repressão, não foi interrompido, ao contrário, certas tendências foram até intensificadas. A modernização e a reforma universitária implantadas pela ditadura levaram ao crescimento exponencial das matrículas no ensino superior, o que fez a população universitária multiplicar-se por dez entre 1964 e 1979. Além de promover a expansão numérica do grupo, o Estado autoritário deu-lhes uma causa política pela qual valia a pena lutar (contra a própria ditadura), facilitando a radicalização e unificação dos estudantes.

Os meios estudantis tornaram-se majoritariamente hostis à ditadura e muito receptivos aos discursos e às ações de oposição, inclusive às vertentes que propugnavam a luta armada. A propósito, a “cultura de oposição” teve acolhida muito favorável entre os universitários, que organizaram um circuito de espetáculos musicais com a presença de artistas críticos da ditadura, notadamente músicos próximos aos valores e aos acordes da MPB. Tais espetáculos foram organizados inclusive durante os anos mais duros da repressão, um indício de que os espaços universitários eram mais difíceis de controlar do que os locais tradicionais da indústria cultural. Do mesmo modo, os universitários foram um público frequente dos espetáculos teatrais

“engajados” encenados no decorrer da ditadura, que eles ajudaram a consolidar como espaços culturais na contracorrente dos valores oficiais. Em muitos casos, os próprios estudantes produziram e encenaram peças teatrais de “oposição”, para desalento das agências de repressão. Por exemplo, em 1975, de acordo com o Serviço de Informações da Polícia Federal, estudantes da USP encenaram no Teatro da Escola Politécnica a peça *O berço do herói*, de Dias Gomes. A obra havia sido proibida pela censura federal por ser considerada ofensiva às Forças Armadas.<sup>1</sup>

Pelo que foi apresentado até aqui, embora resumidamente, compreende-se porque os líderes do Estado autoritário consideraram as universidades um desafio sério ao seu projeto político. Para lidar com o *front* universitário, como era de se esperar, a ditadura respondeu com uma série de políticas repressivas visando a conter o potencial oposicionista da comunidade acadêmica, especialmente os estudantes. Tais ações variaram desde a repressão mais violenta, como nos episódios de invasão policial aos *campi*, que provocaram ferimentos e mesmo alguns óbitos, até o estabelecimento de mecanismos legais desenhados para coibir o ativismo de oposição, como o mal afamado decreto 477.<sup>2</sup> Além disso, o aparato repressivo nas universidades passou a contar com Agências de Segurança e Informação (ASI) a partir de 1970, órgãos que eram vinculados às reitorias e tinham o papel de vigiar a comunidade universitária. No que toca aos eventos organizados por estudantes e professores, a partir de 1973 o Ministério da Educação passou a exigir um escrutínio prévio dos respectivos programas<sup>3</sup>, com vistas a coibir manifestações de oposição. Essa iniciativa gerou resultados parciais, como se viu no episódio de *O berço do herói*, porém, mesmo assim, significava mais um óbice à liberdade nas universidades.

Entretanto, outras formas de ação foram adotadas pela ditadura para lidar com o desafio universitário, oferecendo aos governantes algumas opções alternativas além da repressão. Como é típico do Estado brasileiro, notadamente quando se trata das relações com grupos de elite, foram desenhadas também ações visando a atrair e integrar os grupos recalcitrantes. O próprio projeto modernizador tinha também esse caráter: o incremento nas verbas para pesquisa, o aumento de salários e a ampliação de bolsas tinham

---

<sup>1</sup> O informe da PF foi dirigido a autoridades superiores em tom crítico contra a administração da USP, que os agentes consideraram tolerante demais em relação aos estudantes. Segundo o informe outras peças de teor semelhante viam sendo encenadas na universidade. Informação n.09/75, 21 nov 1975, Serviço de Informações da Superintendência do DPF/SP, Fundo Deops, Delegacia de Ordem Política, OP 1251, Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>2</sup> Promulgado em fevereiro de 1969, ele permitia a exclusão de estudantes, servidores ou professores por acusação de atividades perturbadoras à ordem. No caso dos estudantes, a exclusão implicava também proibição de matricular-se em outra universidade durante três anos.

<sup>3</sup> Em agosto de 1973 o ministro Jarbas Passarinho assinou o aviso reservado n.873/73, que determinava às universidades comunicarem à Divisão de Segurança e Informações (DSI/MEC), com noventa dias de antecedência, a organização de quaisquer eventos de natureza científica, acadêmica, cultural ou esportiva, cujos programas deveriam ser encaminhados para prévia autorização.

como objetivo seduzir os meios acadêmicos, inclusive os estudantes. Porém, a ditadura lançou projetos específicos para influenciar a formação cultural dos jovens, na tentativa de atraí-los para mais perto das posições oficiais. A intenção era disseminar entre os jovens os valores morais e políticos caros ao regime autoritário, e disputar com as esquerdas não somente as mentes como também os corações da juventude universitária. Nessa linha, as duas ações mais significativas foram o Projeto Rondon e a Educação Moral e Cívica.

O Projeto Rondon foi uma das iniciativas mais duradouras e de maior impacto da ditadura, ao ponto de ser sido restabelecido em anos recentes, após ter sido desativado em 1989.<sup>4</sup> O programa começou em 1967, fruto da parceria entre militares (da Escola de Comando do Estado Maior do Exército) e professores universitários (da Universidade Estadual da Guanabara), sob o patrocínio do Ministério do Interior, então comandado pelo general Albuquerque Lima, que garantiu a infraestrutura necessária para viabilizar a ideia. Tal como no trabalho desenvolvido pelo Marechal Candido Rondon, cujo nome era homenageado no projeto, a inspiração era integrar ao país as áreas remotas das fronteiras. Neste caso, a novidade era que as ações integradoras seriam feitas por estudantes, que o projeto enviava aos rincões fronteiriços em atividades próximas ao conceito de extensão universitária.

O mote era integrar as populações dispersas do interior por via de ações assistenciais, que seriam realizadas pelos estudantes em áreas como saúde, agronomia, engenharia etc. Mas, na verdade, o objetivo político que inspirou o Rondonera integrar também os universitários, só que em relação ao nacionalismo autoritário da ditadura, tornando-os patriotas ordeiros e avessos aos valores radicais. O lema escolhido para o Projeto Rondon demonstrava a sagacidade política dos seus formuladores: integrar para não entregar. Tratava-se de uma fórmula capaz de agradar tanto ao nacionalismo militar, preocupado com a integração nacional e a ocupação das fronteiras, como à sensibilidade política das esquerdas que temiam a entrega dos recursos nacionais a potências estrangeiras.

O projeto Rondon pode não ter alcançado plenamente seus objetivos políticos, já que os protestos estudantis continuaram, apesar da repressão, e, em 1977, os estudantes foram o primeiro grupo social a retomar as ruas desde o AI5. De qualquer modo, o Projeto Rondon foi um sucesso de público, pois atraiu centenas de milhares de estudantes ao longo da ditadura e cresceu tanto que foi transformado em Fundação pública em meados dos anos 1970, quando contava com centenas de funcionários.

O estabelecimento da Educação Moral e Cívica foi um pouco posterior ao começo do Rondon. A EMC foi criada por um decreto da Junta Militar, em setembro de 1969, no auge da campanha repressiva desencadeada pelo AI5. A iniciativa tinha objetivos semelhantes ao Projeto Rondon, no entanto, o plano

<sup>4</sup> É certo que os objetivos políticos do Projeto Rondon recriado em 2005 não são mais os mesmos, mas, ainda assim, é marcante o fato de ter sido utilizado o mesmo nome e formato semelhante ao original.



era mais ambicioso e abrangente, por visar não só os jovens como também as crianças, e por pretender intervenção mais aguda na formação dos valores das novas gerações por meio do sistema escolar. Não era a primeira vez que o Estado brasileiro criava programas escolares para disseminação de moral e civismo, mas esta foi certamente a iniciativa mais autoritária e sistemática (CUNHA,2007).Os valores que inspiraram a criação da EMC estavam presentes entre apoiadores da ditadura desde 1964 (patriotismo, religiosidade, anticomunismo), porém, como sensibilizavam de maneira especial os seus segmentos mais à direita, foi necessário o contexto de radicalização “revolucionária” do AI-5 para viabilizar o projeto.

Buscando criar mecanismo voltado para a “implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica”, o Estado instituiu a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), composta por nove membros nomeados pelo presidente da República, com mandato de seis anos, e que deveriam possuir “ilibado caráter e valor cultural”. Entre suas funções estava a de influenciar positivamente os meios de comunicação e de difusão cultural para divulgar na sociedade os valores cívicos e morais, colaborar na aprovação dos currículos para as novas disciplinas e assessorar o ministro da Educação na aprovação de material didático relativo à área de EMC. O ensino de Educação Moral e Cívica tornou-se obrigatório em todos os níveis escolares; no ensino médio, havia ainda a disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSP). Nas universidades, tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação, a EMC seria ministrada sob a forma da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB).

Não parou por aí o entusiasmo patriótico dos propugnadores da iniciativa. Para estimular ainda mais a divulgação dos valores cívico-patrióticos e premiar os militantes da causa, foi criada uma comenda, a Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica. Além disso, a legislação estabeleceu que caberia à CNMC estimular a criação de centros cívicos nos estabelecimentos de ensino de todos os níveis, públicos ou particulares. O centro cívico deveria funcionar sob a assistência de professor orientador escolhido pelo diretor do estabelecimento, e esperava-se que contasse com participação voluntária de alunos. Ele seria “destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando”. Seu papel era estimular a comemoração das datas patrióticas e a observação de rituais cívicos, entre outras iniciativas do gênero. O centro cívico foi criado sobretudo em escolas de nível fundamental e médio, onde era chamado Centro Cívico Escolar. No caso das universidades (em que a denominação seria Centro Superior de Civismo), tudo indica não ter havido número significativo de centros cívicos, mesmo porque eles não eram obrigatórios. Mas há informações sobre sua criação em algumas faculdades isoladas, por iniciativa de professores simpáticos ao regime ou que desejavam atrair favores oficiais.

Quando analisamos os objetivos da EMC registrados no decreto que a criou, notamos que eles representam uma mescla dos valores defendidos pelos diferentes apoiadores do regime militar. Percebe-se no texto do decreto laivos de republicanismo autoritário, patriotismo conservador, catolicismo tradicional, portanto, elementos próximos da ala situada mais à direita da ditadura. Porém, paga-se tributo também a valores caros aos setores liberais, como a menção a “princípio democrático” e “amor à liberdade”. Entretanto, “democracia” está conectada ao “espírito religioso” e “sob a inspiração de Deus”, enquanto “liberdade” encontra-se limitada pela “responsabilidade”.<sup>5</sup> No fundo, mais importantes, na visão dos autores do decreto, eram os valores tradicionais e conservadores, como defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, seus vultos históricos, assim como a preservação da moral e da religiosidade cristãs (incluindo a família). E a atuação posterior dos responsáveis por zelar pelo cumprimento desses dispositivos viria a confirmar a inclinação conservadora da iniciativa. Não se trata exatamente de programa fascista, que dificilmente incluiria menções a liberdade ou democracia, mas, era certamente um formato ao agrado das facções da direita radical, inclusive os fascistas. E o ensino de tais valores nas escolas poderia servir de propaganda indireta do regime militar, que se apresentava exatamente como defensor da pátria e da moral, e opositor da subversão.

Entretanto, mesmo que predominasse o conservadorismo na estrutura da EMC e da CNMC, que eram ligadas a área hegemônica pela ala mais direitista da ditadura, o fato de aparecerem menções a valores liberais é significativo e revelador da heterogeneidade dos grupos sustentadores do Estado autoritário. De fato, o arco de apoio à ditadura era amplo, indo desde a extrema direita fascista e o conservadorismo radical da Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), por exemplo, até os liberais moderados. Por isso, os discursos dos apoiadores desse regime político afirmavam, ao mesmo tempo, os valores democráticos e liberais, faziam a defesa da autoridade e da pátria “una e indivisa”, e exaltavam a família e a ordem social tradicional. Há que considerar também, para explicar o respeito a certas instituições liberais, o fato do evento originário da ditadura (o “31 de março”) ser visto como movimento em defesa das instituições democráticas, supostamente ameaçadas pela esquerda e pelo presidente João Goulart. Dessa forma, no imaginário da “Revolução de 1964”, os temas da liberdade e da democracia ocupavam lugar importante, opondo obstáculos aos que desejavam afirmar um regime ditatorial puro e livre de ambiguidades. Evidentemente, isso não impediu a violência e a repressão, e tampouco que o conceito de democracia se prestasse aos mais diversos usos. Ainda assim, as representações associando “1964” a significados liberais e a heterogeneidade ideológica dos apoiadores do Estado autoritário implicaram limites ao projeto ditatorial. Além disso, estimularam a

<sup>5</sup> As expressões entre aspas foram retiradas do decreto Decreto-lei n.869, de 12 de setembro de 1969 (Dispõe sobre a inclusão da educação moral e cívica como disciplina obrigatória nas escolas).

indecisão do regime militar em assumir-se como ditadura, que foi sempre escamoteada e negada nos discursos oficiais, que faziam loas à democracia e aos planos de restabelecê-la plenamente.

O máximo a que se chegou como afirmação ideológica foi o lema “Desenvolvimento com segurança”, que representava a síntese dos impulsos modernizadores e conservadores-autoritários. Porém, há razões para questionar se essas ideias davam coesão a todos os segmentos do aparato estatal, já que outros substratos ideológicos povoavam o universo dos círculos no poder. O “Desenvolvimento com segurança” e a Doutrina de segurança nacional certamente compunham uma ideologia para parte do grupo no poder, mas não para todos os apoiadores do regime de 1964, nem para toda a sociedade. Nesse aspecto, o regime militar era diferente da ditadura anterior, o Estado Novo (1937-1945), que afirmou sua opção autoritária de modo mais explícito, embora tivesse também seus paradoxos, como na área cultural e educacional, em que realizou uma mescla entre a estética modernista e certos valores conservadores.

Não obstante a existência de algumas diferenças entre o Estado Novo e a ditadura militar, aquele serviu de inspiração, em certos aspectos, para o regime autoritário mais recente que, apesar de argumento corrente na literatura acadêmica, não significou uma ruptura total com a herança varguista. Ao contrário, em algumas áreas a nova ditadura herdou e aprofundou certas tradições varguistas, a exemplo da estrutura corporativa sindical e do sistema previdenciário.

No que toca especificamente às políticas culturais da ditadura, na sua primeira fase podem ser encontrados também laços de continuidade com o Estado Novo. Tal linha de continuidade é visível, notadamente, na concepção do que seria a constituição básica da nação brasileira. O Estado pós-1964 manteve a mesma concepção sobre o povo brasileiro que o varguismo havia oficializado anos antes, qual seja, o discurso sobre as três raças constitutivas da nação, acompanhado do mesmo corolário mítico, a existência de uma democracia racial no Brasil. Tão forte a adesão da ditadura de 1964 ao mito da democracia racial que os discursos contrários, em especial a denúncia da existência de racismo eram tratados como ameaças à segurança nacional. De modo semelhante ao Estado Novo, também, a nova ditadura valorizou o mesmo tipo de patrimônio cultural e arquitetônico e a construção da identidade nacional baseada em representações sobre o passado colonial.

Os pontos de contato nas políticas culturais das duas ditaduras apareceram de forma marcante no Conselho Federal de Cultura, órgão estabelecido pelo governo federal em 1967. Subordinado ao MEC, o papel do CFC era orientar as políticas culturais do Estado comandado pelos militares e contribuir para a gestão dos aparatos e órgãos oficiais então existentes (MAIA, 2012). O CFC herdou, de maneira implícita, é claro, algumas concepções culturais que faziam parte da máquina estatal desde o período varguista. Do mesmo modo, reuniu intelectuais que já vinham atuando junto às agências oficiais desde algum



tempo, ao lado de jovens promissores. A propósito da composição do CFC, que contou entre seus conselheiros com nomes prestigiados do mundo intelectual brasileiro, vale a pena fazer mais duas considerações.

Primeiro, é importante destacar o perfil dos intelectuais que a ditadura conseguiu atrair para o seu lado, figuras que apoiaram o golpe de 1964 e estavam ideologicamente próximas do universo liberal e conservador, embora devêssemos considerar muitas nuances caso fosse possível aprofundar a análise. Entre esses nomes estavam Gilberto Freyre, Raquel de Queiroz, Adonias Filho, Afonso Arinos e Ariano Suassuna, por exemplo. Vale a pena ressaltar que, além de contribuir para o estabelecimento das políticas culturais oficiais, eles prestavam o serviço adicional de oferecer ao Estado autoritário um certo lustro intelectual. A segunda consideração sobre o CFC é que o órgão denotava uma interconexão entre as elites acadêmica e cultural, já que figuras importantes da administração universitária foram membros do CFC também, como Raymundo Moniz Aragão, Pedro Calmon, Djacir Menezes, Miguel Reale, Arthur Cezar Ferreira Reis e Josué Montello, sendo que alguns deles foram nomeados para cargos universitários após terem se destacado nas agências culturais.

Retomando a questão dos valores defendidos pela ditadura, creio que ela não foi capaz de elaborar políticas culturais originais, sobretudo na sua primeira fase<sup>6</sup>. Ao contrário do Estado Novo, o regime militar não elaborou projeto original para a cultura, restringindo-se a reafirmar o patriotismo tradicional e as concepções sobre a nação legadas pela ditadura dos anos 1930. Tal quadro pode ser explicado por falta de criatividade, talvez, mas, principalmente, devido às afinidades com o Estado Novo (defender a nação contra ameaças esquerdistas) e à falta de consenso ideológico entre os vitoriosos de 1964. Reiterando a questão da heterogeneidade das ideias dos grupos que ajudaram a derrubar o governo Goulart, alguns argumentos liberais permearam os discursos dos apoiadores da ditadura, o que se expressou inclusive no CFC. De fato, em certas ocasiões alguns conselheiros do CFC criticaram ações censórias do Estado, especialmente quando o alvo eram as artes e a produção cultural (MAIA, 2012, p.73-77).

Penso que a falta de coesão ideológica entre os apoiadores da ditadura dificultou a formulação de política cultural abrangente, tornando o Estado mais permeável à manutenção de valores culturais já em vigor nas agências oficiais. A mesma razão, a falta de construto ideológico abrangente, ajuda a explicar porque houve tolerância em relação a certas iniciativas culturais inspiradas nos valores dos grupos opositores, inclusive da esquerda.

Na mesma linha, a falta de consenso ideológico no Estado e a influência de valores liberais impediu o estabelecimento de política clara de repressão ao marxismo. De fato, a política oficial em relação ao marxismo era eivada de

---

<sup>6</sup> Nos anos 1970 a ditadura lançou novos programas na área da cultura e ampliou investimentos no setor. A esse respeito ver OLIVEIRA, 2014.

paradoxos. A ditadura evitava condenação formal das ideias de Marx, em nome do respeito à liberdade de pensamento, enquanto autores marxistas de corte revolucionário eram proscritos das livrarias por determinação da censura federal. Significativamente, em 1974 foi publicado um volume reunindo textos de Karl Marx na coleção Os Pensadores, da editora Abril, que era vendida nas bancas, e o Estado militar não proibiu sua circulação. Em muitas universidades, os livros de Marx podiam ser utilizados nas aulas, desde que os professores o tratassem como pensador, e não como revolucionário.<sup>7</sup>

Pode-se supor que ações semelhantes possibilitaram a incorporação à indústria cultural de vários artistas e produtores culturais com formação de esquerda, tanto em instituições privadas como em agências do Estado. O tema foi notado e tem sido estudado por autores como Renato Ortiz, Sérgio Miceli e, mais recentemente, Marcelo Ridenti, Marcos Napolitano e Miliandre Garcia, que enfatizaram mais o período da distensão política da ditadura, ou seja, a fase posterior a 1974. Tais estudos mostram que, paradoxalmente, intelectuais com valores de esquerda ocuparam cargos chave na indústria cultural, notadamente na televisão, em editoras e nos jornais da grande imprensa. Os maiores veículos de comunicação contaram com importantes figuras pertencentes ao universo das esquerdas em seus quadros funcionais, escrevendo, dirigindo ou atuando em novelas, como também escrevendo nos grandes jornais, às vezes na função de editores. A presença marcante de jornalistas de esquerda na grande imprensa durante a ditadura foi celebrizada pela frase atribuída a Roberto Marinho, dono das organizações Globo, que, em resposta à demanda de autoridades por demissões nas suas empresas teria dito: dos meus comunistas cuido eu. Para completar a lista de situações paradoxais é importante registrar que alguns produtores culturais de esquerda receberam prêmios e financiamentos públicos, provenientes de um regime político anticomunista, e alguns deles foram contratados pelo próprio aparelho de Estado.

Voltando ao estudo sobre as universidades na ditadura, a pesquisa revelou a presença de muitos docentes de esquerda nos meios acadêmicos, apesar das políticas repressivas e os anseios de “limpeza ideológica”. Para minha surpresa, até nos anos de repressão mais dura, entre 1969 e 1972, as universidades oficiais contrataram professores com passado (às vezes presente) esquerdista, contrariando recomendações em contrário oriundas dos órgãos de informação. Naturalmente, em muitas ocasiões os vetos impostos pelos órgãos de repressão foram capazes de impedir contratações, que atrapalharam a carreira acadêmica de muitos intelectuais. Ainda assim, surpreende que universidades pertencentes ao Estado contratassem figuras consideradas suspeitas de ligação com as esquerdas. No mesmo sentido, os expurgos praticados nos meios acadêmicos não chegaram a ser implacáveis,

<sup>7</sup> Isso não impediu que autoridades locais com entendimento “menos liberal” tentassem impor vetos, e que os órgãos de repressão amedrontassem os professores para estimulá-los à prática da autocensura.

como foram nas ditaduras dos países vizinhos. Apesar de terem sido demitidos ou aposentados mais de duas centenas de docentes, não ocorreu uma “limpeza” em regra do sistema universitário, pois alguns docentes esquerdistas (às vezes marxistas e comunistas) continuaram em seus cargos.

Para explicar essa situação paradoxal e compreender as relações entre a ditadura e as universidades, que configuram um desafio ao mesmo tempo analítico e político, propus o uso de uma tipologia alternativa à lógica binária de resistentes X colaboradores, que é recorrente nos estudos sobre estados autoritários. Esta análise foi projetada para explicar a situação nos meios acadêmicos, com base nas evidências da pesquisa sobre as universidades durante a ditadura. Mas, creio que a hipótese sobre a acomodação pode ser aplicada também aos meios culturais e artísticos.

O argumento central desta proposta analítica<sup>8</sup> é que entre os polos extremos da adesão ou da resistência à ditadura houve um espaço intermediário, em que se fizeram presentes acordos, negociações e conciliações. Propus chamar a essa faixa intermediária de acomodação. Uma das propostas da análise é pensar a influência da cultura política e, nessa linha, os jogos de acomodação são considerados tributários de tradições arraigadas na sociedade, que se fizeram presentes também na ditadura. Assim, os impulsos repressivos que moveram a experiência ditatorial foram temperados também por acordos, ou por acomodações. Acordos políticos envolvendo segmentos das elites são recorrentes na nossa história e foram integrados à cultura política, tornando-se uma possibilidade de ação disponível para os agentes políticos e sociais. Tais situações são viáveis devido à incidência de outra característica cultural marcante, o personalismo, que estimula os atores a colocarem laços pessoais acima das instituições e das convicções políticas. Os jogos de acomodação eram feitos com base em relações pessoais, envolvendo figuras em posição de poder e pessoas que eram alvo do Estado. A partir daí foram feitos arranjos para desbloquear contratações vetadas, tirar pessoas da cadeia, negociar autorização para eventos, liberar passaportes retidos e outras situações semelhantes.

Os jogos de acomodação, reitero, foram simultâneos às ações repressivas da ditadura e estas não podem ser minimizadas. Além disso, acordos não eram aceitos por todos os setores da ditadura; ademais, a disposição flexível de alguns dirigentes do governo e das universidades atraíram críticas e pressões das agências repressivas. Ainda assim, certos arranjos foram efetivamente realizados, e a explicação, para além da disposição favorável na cultura política, tem relação com pragmatismo. A acomodação é atraente para os grupos de elite porque ajuda a acomodar disputas, a impedir crises graves, a evitar medidas radicais, em outras palavras, ela serve às estratégias de

<sup>8</sup> Para a adaptação à forma de artigo foi necessário resumir a argumentação teórica, com o risco de simplificar demasiadamente uma discussão complexa. Recomenda-se aos interessados a leitura do livro já referido ou então um artigo mais recente em que tal discussão teórica foi aprofundada (MOTTA, 2018).

dominação e à manutenção da ordem tradicional. No caso das universidades e de outros espaços sociais frequentados pelas elites sociais, a possibilidade da acomodação interessava também à ditadura porque tornava possível contar com quadros ideologicamente afinados com a oposição. Quer dizer, a flexibilidade adotada nesses casos era uma opção inteligente, porque permitia evitar a perda total de quadros intelectuais que teriam sido expurgados no caso de ações repressivas implacáveis contra todos os ideologicamente suspeitos. Além disso, um pouco de acomodação ajudava na manutenção da ordem, porque isso reduz as tensões e gera estímulos para que os agentes de oposição tentem acertar-se com o poder, no lugar de confrontar-se com ele.

Durante o regime militar brasileiro, acordos foram comuns nos meios acadêmicos e intelectuais, até em situações em que pareceriam menos prováveis. Um exemplo possível, entre outros: a criação do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), em 1969, entidade que reuniu professores e pesquisadores expurgados de órgãos públicos pelo AI5, também passou por negociações. O CEBRAP tinha intelectuais marxistas em seus quadros e foi alvo de violência (prisões de alguns pesquisadores) e até um atentado à bomba. No entanto, no momento de sua criação houve negociações com setores das Forças Armadas, que aceitaram a existência da entidade desde que fossem respeitados certos limites, em especial o não oferecimento de cursos para evitar-se a presença de um corpo estudantil.<sup>9</sup> Mais adiante, a partir de 1978, o CEBRAP passou a receber subvenções financeiras de órgãos do Estado, apesar da opinião contrária da comunidade de informações. Para evitar maiores problemas com as agências de repressão usou-se subterfúgios para que o dinheiro do órgão governamental Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) chegasse até o CEBRAP.

No que toca às relações entre intelectuais e Estado existem trabalhos clássicos de cientistas sociais que mostram como os primeiros se tornaram agentes a serviço da máquina pública e da centralização do poder (MICELI, 2001). Tal linha de análise abordou especialmente o período do Estado Novo e enfatizou o uso do conceito cooptação para designar o tipo de relação estabelecida entre Estado e intelectuais. Em que pese a importância e originalidade de tais estudos, ao enfocarem privilegiadamente os interesses do Estado e suas estratégias de dominação eles tendem a exagerar no papel subordinado dos intelectuais. Tal tipo de abordagem pode simplificar em demasia a análise desse processo, ao colocá-lo sob a perspectiva de uma via de mão única.

Em outra direção, a proposta de entender as relações do Estado com os acadêmicos e intelectuais a partir da noção de jogos de acomodação permite uma visão mais adequada à complexidade do quadro. É fundamental perceber que as estratégias de acomodação implicavam via de mão dupla, ou seja, o *Estado também era ambíguo*. Os líderes acadêmicos e intelectuais aceitavam conviver com o regime militar, e às vezes negociavam com autoridades

<sup>9</sup> Cf. entrevista de José Arthur Giannotti em MONTERO e MOURA, 2009, p.60.



públicas e chegavam mesmo a aceitar posições oficiais (como assessores, ou em cargos universitários, por exemplo). Porém, o Estado também precisava fazer concessões, de outro modo o arranjo não seria possível. Do lado dos intelectuais e profissionais da academia, alguns atores aceitavam a convivência com o regime autoritário e repressor; na outra “ponta”, do lado do Estado, certos agentes toleravam a presença de intelectuais ideologicamente “suspeitos” em cargos públicos, bem como arranjos para flexibilizar prescrições legais. Tratava-se de jogo em que o Estado procurava atrair o intelectual/professor e este precisava moderar suas opiniões e comportamentos. Entretanto, o Estado igualmente cedia ao transigir com os valores do “inimigo” – por vezes contrários aos seus – e ao permitir sua circulação, ainda que em versões mitigadas. A flexibilidade estava presente nos dois lados. Para compreender esse processo de forma adequada é imprescindível perceber que se tratava de jogo de mão de dupla. O foco da análise deve integrar os dois grupos, tanto os atores sociais, no nosso caso, intelectuais e acadêmicos, como a perspectiva dos atores estatais.

Ao adotar estratégias de acomodação para lidar com intelectuais e acadêmicos, tornando-se, portanto, tributários da cultura política brasileira, o objetivo dos líderes da ditadura era ganhar mais estabilidade. O estado autoritário teve benefícios ao flexibilizar as políticas repressivas voltadas para tais segmentos: pode contar em seus quadros com técnicos e intelectuais competentes que teria perdido em caso de expurgo mais implacável, e pode também ter conseguido reduzir as críticas provenientes do campo oposicionista.

No entanto, exatamente porque a acomodação implicava via de mão dupla, as concessões que o Estado permitiu acarretaram alguns prejuízos para os grupos liberal-conservadores que constituíam o seu cerne. A lógica do jogo de acomodação implicava manter alguns espaços abertos à participação de intelectuais pertencentes ao campo esquerdista, tanto no mundo privado (editoras, televisão, jornais, teatro) quanto no próprio Estado (universidades, instituições de pesquisa). Tais espaços, bem como as pessoas que neles atuavam eram vigiados, às vezes atingidos pela repressão, e, certamente, a expectativa da ditadura era que se “comportassem” bem e não questionassem gravemente as estruturas de poder. Entretanto, no debate das ideias e no campo da produção cultural, os acadêmicos e intelectuais utilizaram-se dos espaços disponíveis para disseminar seus valores e visões de mundo.

Dessa maneira, mesmo que o Estado tivesse a seu dispor uma notável máquina repressiva e um sistema de informações altamente capilarizado, capaz de localizar todas as ameaças reais e potenciais à ordem, a flexibilidade que às vezes presidiu as relações com o universo acadêmico-intelectual permitiu a circulação de valores próximos ao campo oposicionista, em concorrência com os valores liberal-conservadores. Assim, nos anos finais da ditadura, apesar de um longo período de disseminação de valores caros aos defensores da ordem, eles não prevaleciam tranquilamente no espaço público,



e talvez não fossem hegemônicos. Muito menos nos meios acadêmicos e intelectuais, em que a célebre formulação de Roberto Schwarz sobre uma relativa hegemonia de esquerda durante a ditadura pode se aplicar melhor. Com certeza um tema instigante, que demanda mais pesquisas e reflexão.

Concluo esta análise ressaltando que se houve algum espaço para acomodação entre setores da elite durante a ditadura, na saída dela a conciliação foi ainda mais marcante. O fato de ter havido uma transição conciliada no Brasil é bem conhecido. A novidade é o argumento de que o sucesso das negociações para uma transição suave, sem risco de punições para os agentes da ditadura, foi possível também porque durante o regime autoritário já havia jogos de acomodação, que lançaram pontes entre o Estado e setores que eram alvos da repressão. As negociações e arranjos permitidos durante a ditadura serviram de precedente, e estímulo, para que novos acordos fossem estabelecidos na chamada transição democrática.

É importante deixar claro que perceber a existência de jogos de acomodação não significa minimizar os efeitos da repressão, amplamente conhecidos. A ditadura censurou, prendeu, torturou e matou, e também demitiu pessoas e impediu que outras estudassem em universidades. No entanto, é fundamental perceber também que a repressão foi temperada com arranjos e acordos, possibilitados pela existência de uma tradição cultural, mas, também, decorrentes de uma estratégia de controle político. Explorar o argumento de que a ditadura brasileira teria sido menos violenta é colocar mal o problema. Ela foi muito violenta em certos momentos e situações, mas, em outros casos, permitiu a estratégia de negociação e acordo, quando tal linha de ação parecia útil aos propósitos de estabilidade política.

Levar em conta e tentar compreender tais paradoxos é trabalho complexo e arriscado, porém, indispensável. Tanto do ponto de vista do conhecimento, já que a meta do historiador é alcançar a verdade, como desde uma perspectiva política. A superação do autoritarismo demanda o conhecimento não apenas da sua parte mais visível, mas também das suas entranhas.

#### Bibliografia

CUNHA, Luiz Antonio. "Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil - 1931/1997". *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.131, ago 2007, p.285-302.

GARCIA, Miliandre. Políticas culturais na ditadura militar. A gestão de Orlando Miranda no SNT e os paradoxos da "hegemonia cultural de esquerda" (1974-1979). In NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, pp.131-149.

HERMETO, Miriam. *Olha a gota que falta: um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975-80)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

LIPPI, Lúcia.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura. O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itáu Cultural: Iluminuras, 2012.

MICELI, Sérgio. (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Fapesp/Sumaré/Idesp, 1993.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MONTERO, Paula e Flávio Moura (orgs.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo, Cosac Naif, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. *Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico*. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. "A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política". *Revista Brasileira de História*, v.24, n.47, 2004,p.103-26.

\_\_\_\_\_. "Vencer Satã só com orações": políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In Denise Rollemberg e Samantha Quadrat (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, p.145-74.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A cultura como campo de inovações organizacionais. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, p. 90-110, jun. 2014.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

\_\_\_\_\_. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo, Unesp, 2010.

SCHWARZ, Roberto. "Cultura e política, 1964-1969". In \_\_\_\_\_. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008 [1978], p.70-111.

Recibido con pedido de publicación 01/12/2017

Aceptado para publicación 30/03/2018

Versión definitiva 10/04/2018